

Não deixe de ler aqui a Tribuna de Debates

A TD nº4 está nas páginas centrais com novas contribuições para debate.



A CLASSE OPERÁRIA

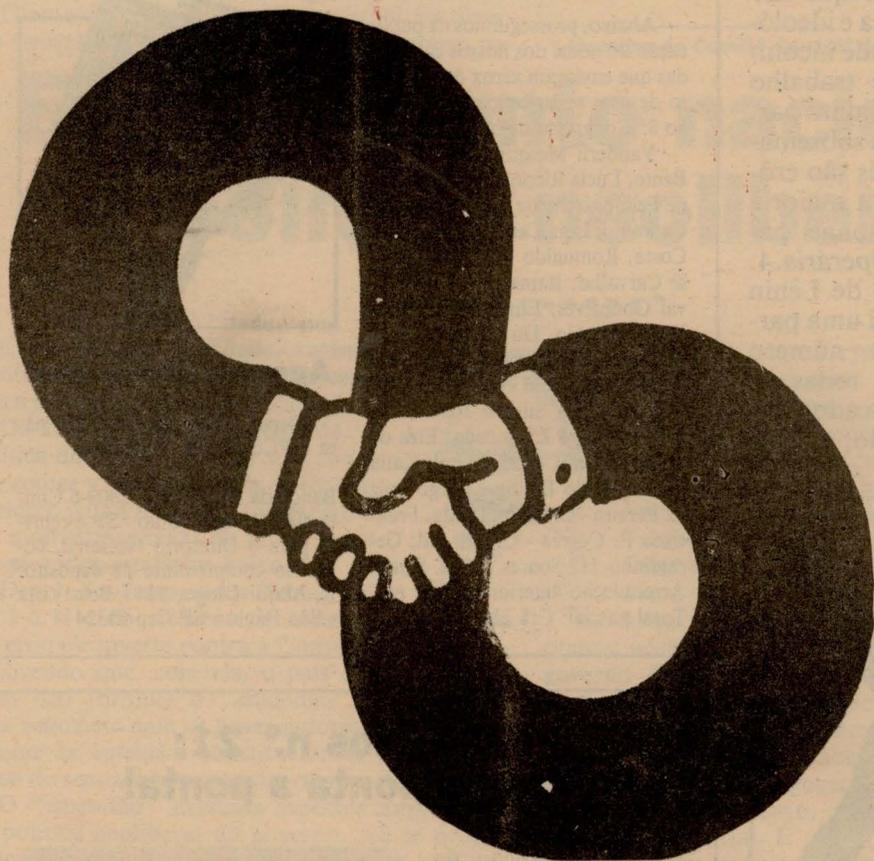
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



Cuba sufocada

Cerco de Bush e Gorbačov. Págs. 10 e 12

Povo diz não ao entendimento



Todos falam a uma só voz. A crise existe e é grave. No entanto, há muitas opiniões diferentes sobre suas causas, seu conteúdo e as medidas necessárias à sua solução.

Na realidade é o desgoverno de Collor de Mello, sua política contra o povo e a soberania nacional, o verdadeiro motivo do agravamento enorme da situação política, econômica e social do país. Alguns não chegavam a acreditar que um presidente eleito com 35 milhões de votos, depois de mais de duas décadas sem pleito presidencial, pudesse, em pouco mais de um ano e meio, se encontrar completamente isolado, sem nenhuma proposta mais séria que pudesse ser levada em conta pela sociedade brasileira.

Há, portanto, uma crise de governo e não de governabilidade. Volta-se à surrada tese de entendimento nacional para tentar livrar o país da crise, entendimento para fazer a reforma constitucional, governo de coalizão, reforma ministerial, antecipação do plebiscito para mudar a forma de governo, etc. Dezenas de reuniões são feitas e os protagonistas são basicamente os mesmos. Muitas preocupações de como chegar até a eleição de 94 mas o impasse continua.

Isolar mais ainda o governo Collor de Mello, unir toda a oposição para criar uma alternativa popular e democrática, essa é a grande questão do momento.

Págs 3 e 5.

PCdoB cresce com adesão de revolucionários

Num ato convocado em defesa do socialismo, dezenas de ex-militantes do PCB ingressaram no PCdoB. O concorrido evento, realizado na ABI, Rio de Janeiro, no último dia 12, contou com a presença de João Amazonas.



Nasce uma nova CUT no seu 4º Congresso

CUT: nova correlação de forças

Depois do IV Concut a Articulação já não tem maioria folgada na direção da central dos trabalhadores; CUT teve destacado papel.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Págs.6 e 7



Por um jornal mais atraente

Quero aproveitar a oportunidade, em que presenteio uma grande amiga com nosso jornal revolucionário, para parabenizá-los pela volta da *Classe* e reafirmar uma opinião que é de muitos. Refiro-me à primeira página do jornal. Depois de algumas observações pessoais e opiniões de outras pessoas, pude constatar que as fotografias se encaixam melhor que as charges. Com as fotos, o jornal torna-se mais atraente. Demonstra um trabalho mais elaborado e profissional.

Outra nota, é sobre os nossos vendedores. Devemos encarar este trabalho de forma responsável e não voluntarista. É uma tarefa também organizativa. Através da nossa imprensa, as pessoas tomam contato com o marxismo-leninismo, com a proposta de uma nova sociedade. Elas passam a ter condições de analisar os problemas atuais do Brasil e do mundo sob o enfoque das classes e dos povos oprimidos pelo capitalismo.

Desta forma, é fundamental todo o empenho na divulgação e vendagem da nossa *Classe*, bem como o problema de finanças dela decorrido.

Abílio Soares
militante do PCdoB
em Viçosa-MG

Quero aprender Filosofia

O motivo desta é para dizer que comprei o jornal *A Classe Operária* e gostei muito.

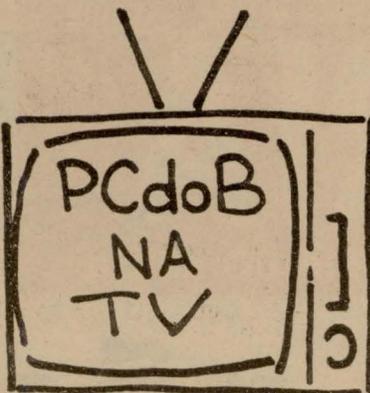
Sou um simples trabalhador, com estudo muito fraco, mas quero aprender filosofia e pergunto o que é preciso para isso.

A CLASSE OPERÁRIA
ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
Editor: Dilermando Toni
Redação: Umberto Martins e Pedro de Oliveira
Projeto Gráfico: Auracébio e equipe
Diagramação e Arte: José Luiz Muñera Reyes
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - SP
Fone: (011)36-7531 Telex 11-21983
Fax: (011)36-4104
Composição e arte final: Compuart
Fone: (011) 36-0412
Fotolitos e impressão: Jornal Paulista

Infelizmente, não posso pagar os estudos.

Firmino M. da Silva
Maceió-AL



Programa de TV

Embora existam entre os vereadores desta casa avaliações diferentes para os aspectos abordados pelo PCdoB em seu programa de 28 de agosto, parabenizamos a direção nacional do partido pela clareza, objetividade e competência com que apresentou e defendeu suas idéias sobre a conjuntura nacional e internacional e o socialismo.

Programa desta qualidade, em forma e conteúdo, representam uma contribuição da maior importância ao debate político e à democracia.

Walter Laranjeiras e
Claudionor Araújo
Presidente e Secretário da
Câmara Municipal
de Maceió-AL

Sobre a validade do Boletim de Organização

No número anterior d'*A Classe Operária*, foi publicada uma carta do camarada Divo Guisoni na qual ele solicita a suspensão imediata da publicação do Boletim de Organização e Educação.

Desejo, entretanto, pres-

tar alguns esclarecimentos ao camarada Divo e a todos que leram sua carta.

1. O Boletim de Organização vem sendo publicado desde 1987, portanto, há 5 anos. Acreditamos que ele vem preenchendo uma necessidade que é a de informar os camaradas responsáveis por Organização e Formação nos Regionais, Distritais e Municipais sobre questões concretas dessas importantes frentes de trabalho no partido.

2. O Boletim não compete com *A Classe Operária*, pelo contrário, complementa a atividade do Órgão Central do Partido no que diz respeito às particularidades das atividades de organização e formação.

3. É correta a preocupação do camarada Divo quanto às dificuldades financeiras por que passa o Partido e, em particular, nosso jornal. Sabemos, no entanto, que essas dificuldades têm outras causas que são de natureza política e ideológica. Há uma grande incompreensão sobre o trabalho de finanças no conjunto partidário, que atinge sobremaneira o jornal, pois são crônicas as dívidas da maioria dos Comitês Regionais para com *A Classe Operária*. 4. Quanto ao artigo de Lênin publicado, não foi uma particularidade desse número do Boletim. Em todas as edições são publicados como tema de estudo, artigos

dos teóricos marxistas-leninistas. É nossa avaliação que essa sistemática tem ajudado aos nossos dirigentes e militantes conhecerem as obras desses teóricos. Nem todos têm condições de adquirir essas obras, seja por questões econômicas ou mesmo por falta de onde comprá-las. O Boletim é enviado para mais de mil municípios em todo o país.

Confiantes em termos esclarecidos as razões e critérios do porquê é publicado o Boletim de Organização e Educação, nos colocamos à disposição dos camaradas para outras informações.

Dynéas F. Aguiar
Secretário de Organização
- responsável pela edição do
Boletim de Organização.

Transamazônica está abandonada

A ilusão e a esperança, deram lugar à triste verdade: o progresso posto em prática aqui é predatório, é inviável. A região está sendo despovoada, sem que o fato mereça registro. Dias atrás, um camponês de 54 anos disse-me que em Pacajás, que tem cerca de 10 mil habitantes na área urbana, é quase impossível se achar alguém com uma nota de 5 mil cruzeiros. Apesar de estarmos aqui em tempo quente, o comércio está fraco e até a loja de tecidos e roupas, única em 1000Km de transamazônica entre Marabá e Santarém, fechou.

Ermânio de Oliveira
Altamira-PA

Campanha ao 8º Congresso

Abaixo, prosseguimos na publicação do nome dos nossos camaradas que enviaram xerox do depósito de suas contribuições de apoio ao 8º Congresso de nosso partido:

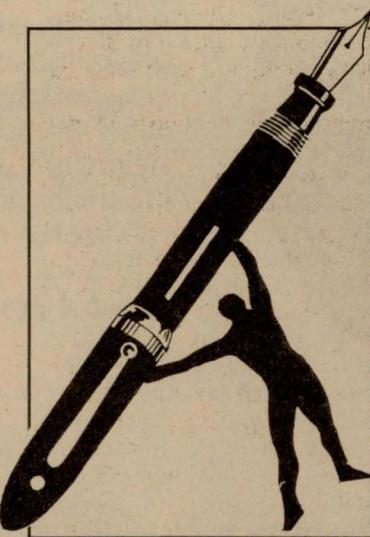
Vanderli Mesquita, Eliezer A. Bento, Lúcia Ricon Afonso, Gilvane Felipe, Irene de Paiva, Edwiges Carvalho, Luiz Carlos Orro, Silvio Costa, Romualdo C. Filho, Denise Carvalho, Itamar Pires, Ruberval Gonçalves, Eline Jonas, Marcos F. Araújo, Dú Oliveira, Aldo Arantes, José Maria Baldino - cada um contribuiu com Cr\$ 1 mil. Robson F. da Silva e João S. de Oliveira - Cr\$ 2 mil cada. Elza de Lima Monerat - Cr\$ 50 mil; Kátia Souto, Fredo Ebling e Jorge Luiz R. Pereira - Cr\$ 25 mil cada. Francisco P. Corrêa - Cr\$ 20 mil; Geraldinho H. Soares - Cr\$ 5 mil. Arrecadação anterior: Cr\$ 51 mil. Total parcial: Cr\$ 210 mil.



Agora só falta você

Deposite sua contribuição para o PCdoB - 8º Congresso:

Banco da Brasil - Ag. 2809-6 Conta 4065-7 - São Paulo - SP e remeta para o Diretório Nacional, cópia do comprovante de depósito: R. Major Diogo, 834 - Bela Vista - São Paulo - SP Cep 01324



Assine já o jornal A Classe Operária

Nome
Endereço.....
CEP..... Cidade Estado.....
Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO

Assinatura trimestral: Cr\$ 1500,00 Assinatura Semestral: Cr\$ 3.000,00
Assinatura trimestral de apoio: Cr\$ 2.500,00
Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 5.000,00

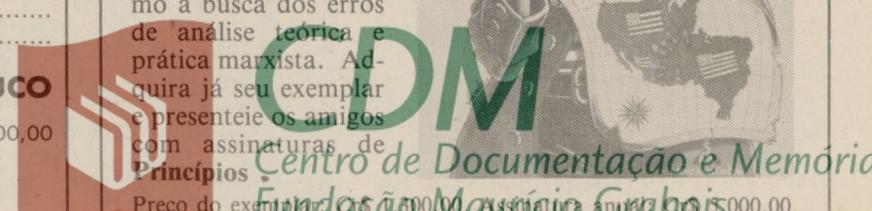
Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.
Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - SP - CEP 01318

Princípios nº 21: polêmica de ponta a ponta!

A nova edição da revista *Princípios* está imperdível. Polêmica, ela põe à flor da pele assuntos variados. Do Brasil "primeiro-mundista" de Collor ao Brasil também retrógrado do latifúndio; dos acertos da construção do socialismo à busca dos erros de análise teórica e prática marxista. Adquirir já seu exemplar e presenteie os amigos com assinaturas de *Princípios*.



Preço do exemplar: R\$ 10.000,00.
Cheque ou Vale Postal à Editora Anita Garibaldi Ltda. R. dos Bororós, 51, 1º and. - Bela Vista - São Paulo - SP. Tel.: (011) 278-3220



Crise de governo

Renato Rabelo *

Encontramo-nos diante de uma crise de governo. Desta vez, segundo a grande imprensa, a "sensação generalizada é de que a crise atingiu magnitude inédita". O governo não conseguiu estabilizar a economia, mas ao contrário, complicou e piorou o quadro econômico que já vinha se deteriorando. Novamente a inflação em alta, agravada com a baixa do consumo, queda do salário real, desemprego massivo e desabastecimento. Nos meios econômicos há previsão de se chegar ao colapso financeiro absoluto do Estado. Todo esse insucesso transbordou para o plano político. Collor não tem mais credibilidade popular, hoje colhe revolta entre os trabalhadores. Grassa o descontentamento no seio das Forças Armadas e os empresários estão atônitos. É ainda acusado de pesadas irregularidades e imoralidades administrativas.

Este governo faz parte dos círculos dominantes brasileiros, que têm conduzido o país ao impasse atual. Tanto o setor ligado ao "estado cartorial", como o setor dito moderno ou neoliberal não conseguiram a retomada do desenvolvimento nacional, muito menos demonstram condições de buscar uma posição independente para o Brasil. Só têm aprofundado o impasse brasileiro.

Diante da exuberância da crise atual, os diversos setores das classes dominantes convergem pa-



ra "evitar o quadro atual de ingovernabilidade que se prenuncia", ou defendem o batido "entendimento nacional". Todos trabalham com o espectro de uma crise institucional. O governo acuado e perdido acena em "compartilhar" o poder com a oposição. Insiste ainda na revisão da Constituição. Fala em governo de coalizão. Nisto o PSDB responde com o maior aqodamento e bate na tecla do parlamentarismo. O PMDB, reticente, propõe outro plano econômico para base do acordo. Brizola fala de solução que dê "estabilidade" ao governo e o PT faz dois discursos: contra o entendimento quando se dirige às massas, mas através de seus principais representantes no Congresso atua inversamente.

Vivemos, em verdade, uma crise de poder. Diante dessa situação o entendimento ou acordo com o governo tem caráter paleativo. Qualquer "ajuda" ou aliança com o mesmo constitui-se, na melhor hipótese, uma solução passageira. Tende a se esgotar rapidamente. A realidade do país vai exigindo respostas conclusivas que abram caminho para uma nova situação. E isso só é possível com saídas "traumáticas". Nesse sentido, a mobilização popular, os partidos políticos e o Congresso Nacional poderão jogar importante papel.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

Entendimento nacional e política neoliberal

Aldo Arantes *

Crise, ingovernabilidade, entendimento nacional, são termos que passaram a povoar a crônica política do país.

De fato a crise se aprofunda. A política do governo Collor não consegue conter a inflação, além de ter conduzido o país à recessão, ao desemprego, a altíssimas taxas de juros, a preços elevados e salários baixos.

Depois dos fracassados Planos Collor I e II e do crescente isolamento político do governo ele investe contra a Constituição brasileira dizendo que, com ela, o país é ingovernável. Com isto formula o "emendão", pretendendo uma negociata com os governadores: apoio parlamentar às emendas constitucionais propostas a troco do reescalonamento das dívidas dos estados.

O "emendão" expressa aspectos importantes da política neoliberal do governo. Ali se propôs o fim dos 18% das verbas federais para a educação; o fim da gratuidade do ensino público universitário; do tabelamento dos juros em 12%; da aposentadoria por tempo de serviço; da estabilidade dos funcionários públicos; a retirada da competência do legislativo sobre uma série de matérias de caráter econômico-financeiro, além de outras importantes questões. Não contente com a amplitude do "emendão" o governo anunciou a disposição de incluir, no mesmo, medidas com o objetivo de atrair o capital estrangeiro. Dentre elas destacam-se alterações constitucionais referentes ao tratamento diferenciado dado pela atual Constituição para as empresas nacionais e estrangeiras, além da retirada da proibição de empresas estrangeiras de explorarem as riquezas minerais do país. Além disto, o governo anunciou também sua disposição de alterar a Lei de Remessa de Lucros para o exterior (Lei 4.131/62).

Inviabilizada a negociata com os governadores para aprovação destas emendas que visam desobstruir o caminho para a aplicação da política neoliberal, o governo Collor se volta agora para o



"diálogo" com os partidos políticos para enfrentar a crise. Neste sentido fala-se no entendimento nacional e governo de coalizão. O presidente do PSDB, Tasso Jereissati, já esteve com o presidente Collor discutindo o assunto. O presidente do PMDB, Orestes Quércia, já anunciou que se encontrará com o presidente da República para discutir uma saída para a crise.

As forças verdadeiramente de oposição não podem aceitar o entendimento nacional com o governo Collor. Isto significará, na realidade, passar um recibo à sua política neoliberal. A saída da crise para Collor e para a burguesia monopolista brasileira está na abertura do país aos capitais estrangeiros, no pagamento da dívida externa até o último centavo, na venda das estatais e no arrocho salarial. É uma "saída da crise" às custas dos interesses nacionais e dos trabalhadores. Esta saída não interessa ao povo brasileiro.

Argumentar com a ingovernabilidade para justificar o apoio à política de Collor, mesmo que com algumas alterações cosméticas, não pode estar nas cogitações das forças progressistas. Pelo contrário, a única atitude séria e responsável destas forças é a mais vigorosa oposição a Collor e sua política.

A verdadeira saída para a crise brasileira passa pela construção de uma aliança das forças democráticas e progressistas na construção de um projeto alternativo para o país, que assegure a soberania nacional, suspenda o pagamento da dívida externa, reduza drasticamente as taxas de juros, retome o desenvolvimento do país, bem como assegure uma política salarial justa e implemente a reforma agrária.

Dar as mãos a este governo antinacional e desmoralizado é fazer o jogo contrário aos interesses nacionais e dos trabalhadores brasileiros.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

EDITORIAL

Entendimento e miragem

"É preciso moralizar, apurar as denúncias de corrupção."

"Desmontar a República das Alagoas é uma exigência."

"O governo deve dar mais objetividade à economia. E formar outro ministério."

"Existe um multipartidarismo devastador, 17 partidos no Congresso!"

"A saída é antecipar o plebiscito para implantar o parlamentarismo com voto distrital."

Estes são alguns dos diagnósticos e receitas - cujos autores são conhecidos, de possíveis interlocutores para praticar o tal entendimento nacional apregoado por Collor.

Por baixo do pano, entretanto, correm conversas mais duras.

Pressões visando um parlamentarismo "de fato", um primeiro-ministro e um ministério acertados nos bastidores por grupos poderosos; para exigir a renúncia ou o impedimento, se necessário, do imperador das Alagoas, e outras deste teor.

Por seu lado, Collor conduz as coisas no sentido de uma revisão constitucional. Para ele o governo não resolve as coisas porque a Constituição, os partidos e o Congresso atrapalham. A pretensão de se tornar um "ditador constitucional" é flagrante. Usa a proposta de entendimento não como um gesto de humildade, mas, fundamentalmente, como uma tentativa de chantagem sobre as forças vacilantes e oportunistas.

Não é preciso muita sagacidade para perceber que a mistura do projeto collorido com as alternativas dos "negociadores" só pode resultar numa salada indigesta. E, consciente ou não para todos, de caráter antidemocrático, pois cada um cuida sobretudo de seus interesses menores, sem levar em conta os anseios da nação e do povo.

Enquanto isto, manifestam-se casos de inconformismo e até de certa rebeldia nas Forças Armadas, multiplicam-se os sinais de alarme de variados setores empresariais, repetem-se os choques entre Executivo e Legislativo e as derrotas do governo com a participação de forças que deveriam constituir sua base parlamentar, alastra-se a crise social, o descontentamento popular e a radicalização dos protestos.

Fica evidente que a crise é grave. Crise de governo e sintomas crescentes de crise de poder, já que as instituições vão se esfrangalhando. Não há entendimento possível, para salvar as coisas, com Collor. Assim não se pode esperar nada de soluções mágicas, forjadas em gabinetes, sem povo.

As correntes oposicionistas, todos que têm vínculos com os trabalhadores, com a intelectualidade, com as camadas médias e com o empresariado avesso à subordinação da economia aos ditames do capital internacional, estes sim, têm o dever de se entenderem. E de buscarem acordos, mesmo que iniciais, sobre problemas essenciais, que dizem respeito à democracia, à soberania nacional, a um tipo de desenvolvimento independente, voltado para o progresso social e para satisfação de direitos básicos dos brasileiros. Este entendimento, além de necessário, é urgente. Diante de tantas ameaças que se acumulam no horizonte, é suicídio esperar passivamente por 94. Se não forem encontradas formas para produzir alterações de rota no país, 1994 pode ser uma miragem no deserto.



CURTAS E BOAS

Justa homenagem

Por iniciativa do vereador Vital Nolasco do PCdoB de São Paulo, a Câmara Municipal e depois a prefeita Luiza Erundina, aprovaram um decreto que dá o nome de Ângelo Arroio a uma rua no bairro da Penha na capital paulista. Arroio foi assassinado na Lapa em 1976 quando participava de uma reunião da direção do PCdoB, foi operário metalúrgico na região da Moóca e um dos comandantes da Guerilha do Araguaia. Além disso outras doze ruas da capital receberam nomes de militantes políticos desaparecidos durante o regime militar. Entre eles estão Maria Lúcia Petit e Honestino Guimarães.

Reverenciar a memória de todos aqueles que sacrificaram suas vidas na luta pela liberdade e pelo socialismo é muito importante num momento em que as forças reacionárias procuram apresentar os comunistas como inimigos da democracia.

Boa lembrança

Recentemente a Câmara Federal realizou uma sessão solene em homenagem aos militantes políticos desaparecidos durante o regime militar. Foram convidados a participar da sessão membros do Comitê Brasileiro de Anistia e parentes de desaparecidos políticos de todo o país. Na ocasião foi lembrado os 12 anos da aprovação da lei da Anistia e discutiu-se o andamento do processo de identificação das ossadas dos militantes encontradas.

Taboada neles

Atuação que vem merecendo destaque no Acre é a do deputado estadual do PCdoB, Sérgio Taboada (foto ao lado). Na edição especial de "O Comunista", informativo de seu mandato popular, o balanço de seis meses de mandato mostrou a habilidade de Taboada diante dos desafios da luta do povo contra os poderosos. Foi ele que ousou apresentar Emenda do Projeto que limita o salário e acaba com as mordomias dos deputados acreanos. Até agora só o deputado Raimundo Vaz assinou o projeto, que também tem o apoio de Ilseu Ribeiro, presidente da Assembléia Legislativa. Para que chegue à votação, são necessárias mais seis assinaturas. Com a palavra os outros deputados acreanos.

Caminho sem volta

Está decidido. O PCB vai mesmo acabar. Em recente reunião do diretório nacional do "partidão" foi convocado em caráter de urgência um congresso com a finalidade de criar um novo partido. O nome será talvez Partido da Cidadania ou Partido Democrático do Socialismo - PDS. A nova "forma-partido" teria como tarefas, levando-se em conta a atual fase

de desenvolvimento do capitalismo, buscar uma "integração econômica competitiva e soberana que, administre vantagens mútuas... e elimine focos de tensão e confronto; além do já tão batido "compromisso radical com a democracia", burguesa naturalmente. Entretanto, mais esse passo no sentido da "renovação" não passou tranquilamente. Votaram contra nada menos que 17 pessoas.



Luta de classes

Marilena Chaui, secretária da Cultura da cidade de São Paulo e militante do PT comentando a conjuntura nacional e internacional, afirmou: "O PT tem dado respostas tribais e corporativas às lutas sociais" e que "falta à classe trabalhadora e ao PT um projeto histórico universalizante de emancipação". Mais adiante, Chaui aponta que o PT precisa preservar três elementos do instrumental marxista: a noção de luta de classes, da emancipação global da sociedade e, por fim, a idéia de que o capitalismo não é o fim da história, mas um sistema que impede a realização de um verdadeiro humanismo".



Simão no centro da foto, devassa na DOPS, vitória democrática

Dops da Paraíba

Arquivos abertos

Os arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS - da Paraíba, com as fichas dos perseguidos pelo regime militar no estado se encontram à disposição das pessoas interessadas. O deputado Simão Almeida do PCdoB paraibano foi o autor da lei que autoriza a divulgação das informações do arquivo daquele órgão de repressão.

No último dia 10, deputados e vereadores, acompanhados de uma comissão de Defesa dos Direitos Humanos e com grande cobertura da

imprensa local, fizeram uma visita aos arquivos da DOPS, quando localizaram fichas de vários ex-presos políticos e perseguidos, entre elas a do próprio governador atual, Ronaldo Cunha Lima.

Simão, classificado fantasiadamente de "profissional da subversão" pela DOPS, considerou o fato uma importante vitória política para as forças democráticas, pois, segundo ele, "é bom divulgar o que aconteceu para evitar que fatos da mesma natureza se repitam".

Entretanto, o interesse

maior do PCdoB paraibano é o de contribuir para que se elucidem os casos dos desaparecidos políticos durante o período da ditadura militar. Ao fazer a inspeção na DOPS o deputado Simão Almeida tinha em mãos uma relação com nomes de 25 desaparecidos dos quais buscava informações.

Existem fortes suspeitas de que algumas dessas pessoas estejam enterradas num cemitério clandestino numa fazenda no interior da Paraíba.

Educação

LDB progressista

Eônio Cunha *

Desde dezembro de 88, está tramitando no Congresso Nacional um projeto de lei complementar à Constituição cuja importância é decisiva para os rumos do ensino no Brasil (da pré-escola à Universidade). Trata-se da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), materializada no projeto-substitutivo do deputado Jorge Hage (PDT-BA). Embora este possua alguns pontos polêmicos e discutíveis, na essência contempla os interesses do povo brasileiro e da comunidade educacional e científica do País.

Não tendo sido concebida por um grupúsculo de tecnoburocratas do governo federal, tal texto resultou de um exaus-

tivo e amplo debate democrático que, além dos parlamentares do bloco progressista, contou com a elaboração coletiva - sem precedentes em nossa história educacional - de cerca de 40 (quarenta) entidades, entre as quais a UNE, UBES, ANDES, FASUBRA, CNTE, CRUB, SBPC, CONAM, CONTAG, CUT e OAB.

Vale ressaltar que a nova LDB enterra de vez toda a legislação em vigor do ensino que nos legou a ditadura militar (particularmente as leis nº 5.540/68, 5.692/71 e 7.044/82) e, sobretudo, em seu texto, não há o dedo de Collor de Mello e do lobby privatista. Eis aí o profundo conteúdo político da nova LDB. seu caráter

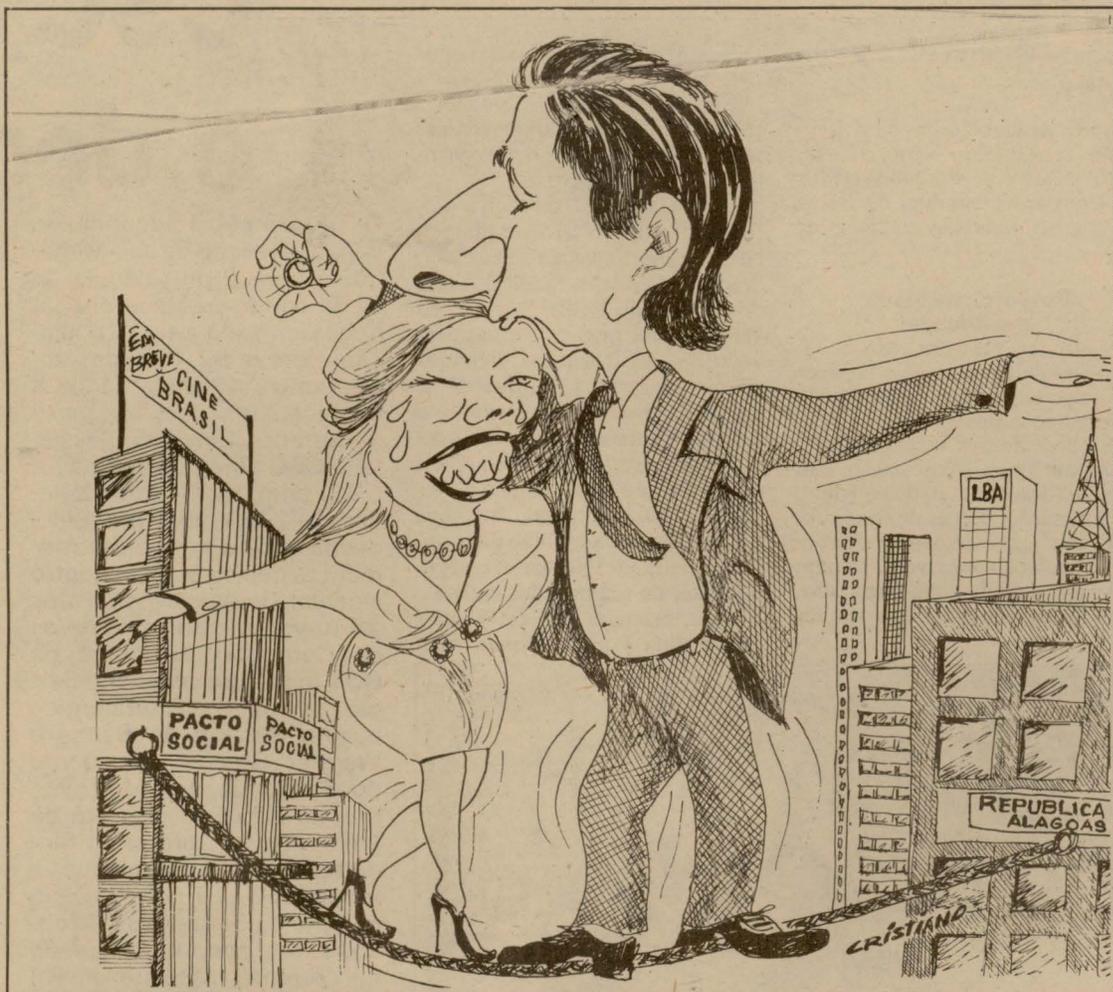
mocrático e progressista, afinado com um projeto popular.

Por isso mesmo, não é de se estranhar o absoluto silêncio da imprensa burguesa sobre a nova LDB!

Nesse sentido, é preciso furar esse bloqueio dos grandes jornais e TVs. Os professores e parlamentares comunistas, além de qualquer outra personalidade progressista envolvida devem se mobilizar ainda mais e lutar pela aprovação da nova LDB, que é hoje o eixo fundamental na defesa da escola pública, gratuita e de qualidade.

* Colaborador de A Classe Operária

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



Crise de governo

Elite incapaz

Se ficar o bicho pega, se correr o bicho come. Com esse dizer popular pode ser resumida a situação do governo Collor de Mello. O que teria levado um presidente tão arrogante a declarar que é incapaz de resolver a situação do país com o esquema de sustentação montado desde o início, que ficou conhecido como a "República de Alagoas"?

Os componentes da grave crise de governabilidade em que Collor jogou o país já estão por demais divulgados mas, nem sempre com a profundidade necessária. A inflação beira os 20% mensais, a perda salarial dos trabalhadores é a maior da história, não existe nenhum indício significativo de retomada da atividade econômica. Voltando a pagar a dívida externa e portanto sem recursos, o governo quer através do "emendão", investir contra a arrecadação dos estados e municípios para fazer caixa. Quer livrar-se de atividade econômicas estratégicas para o país, inclusive de empresas lucrativas como a Usiminas, sob a alegação de que são prejudiciais ao Estado.

Crise política e corrupção

Depois da saraivada de Medidas Provisórias, Collor tentou construir uma base parlamentar que fosse capaz de lhe dar sustentação no Congresso Nacional. Apoiou-se no PFL, PRN e

PTB o que não resolveu o problema. Tendo como pano de fundo a disputa presidencial de 94, o PMDB, que tem a maior bondade parlamentar, tem tomado várias posições que vão de encontro aos interesses do governo. Criou-se uma situação em que é necessário negociar caso a caso. Amiuda-se então o uso do expediente dos vetos presidenciais para paralisar o Congresso. Com isso aprofunda-se o fosso entre o Legislativo e o Executivo.

Mas a coisa não pára por aí. Já se apagou definitivamente a imagem de um candidato que descia de jatinho em Brasília com denúncias de corrupção debaixo do braço e que arrotava aos quatro ventos que poria na cadeia os marajás. Nos olhos da opinião pública e de vários setores políticos o governo Collor é corrupto. As denúncias comprovadas são cada vez mais frequentes e envolvem os mais altos escalões. Tal é o caso, por exemplo, da LBA. Num dia a então presidente da entidade, mulher do presidente declara que pagou do próprio bolso as despesas da festança em homenagem a sua secretária, dia seguinte, o Planalto informa que gastou mais de 5 milhões de cruzeiros na "brincadeira". Até agora quase nenhuma providência foi tomada.

Como sair da crise

Collor insiste que não pode

governar. A culpa é do Congresso ou da Constituição, na sua versão. Daí a proposta do "emendão" e do entendimento nacional que o torne viável. Como num passe de mágica descobriu que o método do "diálogo" pode também ser utilizado por um presidente da república. Assim é que iniciou-se uma fase de sucessivas e intermináveis reuniões envolvendo políticos que estavam num processo de demarcação de campos. O PSDB tem se mostrado mais acessível, tem inclusive disposição para participar de um governo de coalizão, o PMDB de Quêrcia e Ulysses tem conversado muito. Até Sarney já entrou na dança. Fala-se muito em antecipação do plebiscito de 93 quando de decidirá sobre a forma de governo. A oposição conservadora se mostra vacilante diante da crise e teme se aproximar dos setores populares mais conseqüentes. A tática dúbia que adotam pode levar à sua desmoralização.

O povo não quer entendimento com Collor.

Merece destaque a articulação que se esboça entre os verdadeiros opositores para buscar uma saída para a crise, o mais rápido possível, que contemple os interesses dos trabalhadores e da nação. Nesse sentido, o PCdoB, PDT, PT, PSB e PCB fizeram uma reunião de lideranças no último dia 11 em Brasília. É o início da contra-ofensiva da oposição.

CONGRESSO EM PAUTA

O pacto e o povo

Aldo Rebelo *

Há algo sobrevoando a Casa da Dinda além do helicóptero presidencial: o fantasma da crise de governabilidade trazida nas asas da inflação galopante. O caça presidencial não alcançou interceptar o bólido inflacionário; trocou de piloto (Zélia por Marcílio) e só conseguiu acertar os salários, o emprego, e o crescimento econômico do país, previsto para zero no próximo ano, segundo orçamento enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional.



Coleção de fracassos

Acossado pela sombra a insatisfação popular contra a carestia de vida e o desemprego, o artilheiro do Planalto volta-se para as elites em busca da velha tábua de salvação de governos fracassados: o entendimento, pacto, ou qualquer coisa que denomine o acordo entre os dominantes para continuar impondo ao povo os sacrifícios resultantes de sua política perversa.

Está claro que Collor foi derrotado pela inflação. Combatê-la foi a prioridade número um de seu governo, justificou o confisco da poupança, a recessão criminosa a que conduziu o país, o arrocho salarial sem precedentes na história da República.

Pelo menos até agora não houve convite formal aos partidos de esquerda para participarem do tal "pacto", mas as centrais sindicais, inclusive a CUT, receberam acenos do Planalto, no que houve a pronta recusa do seu presidente Jair Meneguelli.

Longe de participar de tal iniciativa, as correntes progressistas devem esclarecer o movimento operário e popular sobre o significado do chamado entendimento. O Planalto não visa enfrentar a crise promovendo a redistribuição da renda - ao contrário, acaba de vetar a Lei salarial aprovada pelo Congresso. Também não deseja somar forças com os que defendem a integração soberana do Brasil no mundo; de modo inverso, Collor assume o estandarte da corrente Vende-pátria ao liquidar a reserva de mercado para a informática, rende-se ao governo dos Estados Unidos na reformulação da legislação sobre propriedade industrial e leiloa empresas como a Usiminas para satisfazer à sanha dos banqueiros e multinacionais.

Denunciar Collor

Ao movimento operário e popular não interessa essa governabilidade. Os trabalhadores não podem celebrar um acordo de paz com o governo Collor quando este declara guerra aos salários, aos interesses nacionais e ao desenvolvimento do país. Se Collor fracassou, então que viva o fracasso do governo Collor porque é o fracasso de um governo anti-operário, entreguista, inimigo do povo e da nação.

As correntes verdadeiramente progressistas devem celebrar o caminho de sua unidade para resistir ao arrocho salarial, impedir que seja liquidada a soberania nacional, denunciar o acordo sobre a dívida externa, que continua sendo paga com a fome do povo. Se Collor não pode mais governar, há saídas constitucionais para enfrentar tal situação. O que não se pode fazer é estabelecer a delegação de Collor e o governo mediocre acima dos interesses do povo e do futuro do país.

* Deputado federal pelo PCdoB-SP

A democracia interna na CUT

Newton Pereira de Souza*

Realizou-se nos dias 4 a 8 em São Paulo o IV Concut, do qual participaram 1.546 delegados. O processo começou com os congressos regionais e depois os estaduais.

Do ponto de vista político o Congresso deixou muito a desejar. Foi aprovada a Tese 13 em sua íntegra, com avaliação "positiva" da participação da CUT no chamado Fórum de Entendimento Nacional e tudo o mais a que teve direito a escassa maioria de 22 votos relativos a esta questão. Foi aprovada também a vinculação orgânica da CUT a centrais internacionais, ficando aberto o caminho para a filiação à Ciois em uma plenária a ser realizada possivelmente em março de 92.

"Pacto social"

Nos congressos regionais e estaduais a maior polêmica foi o balanço da atuação da central substanciada no "pacto social", o que está relacionado logicamente à estratégia futura. Agora, no nacional, o centro do debate foi a questão da democracia interna da CUT. Neste particular, 32 votos confirmaram o golpe aplicado previamente pela Articulação Sindical sobre os delegados de Minas Gerais e Bahia e, numa manobra de fazer inveja a Magri, Medeiros e outros especialistas, deixou-se de completar a apuração de 4 votos que seguramente determinariam a adoção da proporcionalidade qualificada na composição da direção da central.

Quanto aos estatutos, outros absurdos foram aprovados, tais como a transformação das CUTs estaduais em filiais e das CUTs Regionais em delegacias das CUTs estaduais, sem qualquer autonomia; imposição de censura à liberdade de expressão de filiados; substituição dos departamentos por federações e confederações; manutenção do atual critério de eleição de delegados ao Congresso nacional e, ainda, a eleição da direção nacional (83 membros efetivos) remetida às CUTs estaduais e departamentos, ao invés de ser eleita no congresso. Tudo isso constitui verdadeira afronta a qualquer entidade que se pretende democrática.

Golpes na democracia

Este congresso foi uma experiência viva de como se dá a luta de classe (mesmo dentro de uma entidade que se diz defensora do socialismo). Ficou claro, para quem quis ver, que a CUT não é integralmente uma Central Sindical, mas mais um braço do grupo Articulação. A ferida aberta agora para toda a sociedade, inclusive para a burguesia e a grande imprensa, mostra claramente do que é capaz este grupo quando vê pesar qualquer ameaça aos seus propósitos de manter sua he-

gemonia. Qualquer preocupação em manter minimamente a aparência de uma prática honesta e democrática foi deixada de lado, chegando a pretender rachar a central sem qualquer preocupação com as consequências que poderiam ter este ato.

Golpe em Minas...

Devido às informações sobre entidades em dia com o pagamento, absolutamente desatualizadas e incorretas tanto da Tesouraria Nacional como da Estadual de Minas (todas elas dirigidas pela Articulação), não se teve como aferir o número total de delegados ao Congresso Estadual de Minas, ficando esta conferência para depois. No período entre o

os votos de seus colegas da Articulação, sem qualquer conferência, que o número de delegados eleitos no Congresso Estadual da Bahia deveria ser reduzido em mais de 100.

Proporcionalidade qualificada

Entre ter que abrir mão de secretarias estratégicas e aplicar um golpe vergonhoso perante 1.500 delegados, imprensa de todo o país e observadores internacionais, entre outros, a Articulação não vacilou (desta vez...), deu o golpe.

A votação, depois de duas conferências, apresentava a derrota da Articulação por 1 voto; haviam 5 votos colhidos em separado, porque as pessoas alegaram ter

ção ao IV Concut. Consequências sérias e danosas para o movimento sindical são possíveis.

A CSC da CUT foi o alvo preferido das provocações e ataques baixos da Articulação e seus aliados da "Unidade Sindical" (um dos grupos do PCB). Sem se deixar intimidar nem entrar nas provocações, os delegados classistas tiveram a clareza política de se absterem das brigas, abrindo o debate político contra a social-democracia, desmarcando a Ciois e trabalhando pela unidade do setor que veio a constituir a Chapa 2 e representou a opinião da metade dos delegados presentes e, seguramente, da maioria dos cutistas.

Pela primeira vez em 8 anos houve uma grande disputa num



Foi um congresso tumultuado, mas a CSC não participou das agressões

Cecut e o Concut foram apresentados os recibos de várias entidades comprovando estarem em dia. A executiva nacional decidiu em votação, por dois votos de diferença (Articulação contra o resto), fixar em 113 o número de delegados, sem considerar os recibos apresentados. Entidades importantes como Assufemg (funcionários da UFMG), Senalba, Metalúrgicos de Divinópolis, Funcionários da Saúde, entre muitos outros, foram impedidos de participar. Resalte-se que em MG a Articulação não passou de 35% dos votos.

... e na Bahia

Neste caso, simplesmente o Sr. José Olívio julgou que o congresso estava inchado e decidiu, com

perdido as cédulas de votação. Descobriu-se que entre estes havia um com o mesmo número de outro dado à proposta que estava vencedora. Com isto, a votação ficou empatada e deveriam ser apurados os 4 votos restantes para se ter o resultado final. Eles não foram apurados, mesmo que para isto tenha sido feita uma votação com o plenário em tumulto, onde apenas alguns delegados da "Tese 13" levantaram envergonhadamente seus crachás. Alguém vai ter que desvendar qual foi mesmo a decisão do congresso sobre a composição da direção porque o empate (e o impasse) não foi resolvido.

Muita coisa precisa ser mais profundamente analisada em rela-

Congresso Nacional da CUT. Ficou claro que a política de conciliação com o governo Collor e com o imperialismo está com seus dias contados dentro da central. Este debate precisa ser travado junto aos trabalhadores de todo o país, associado à luta frontal contra a política neoliberal do governo. A receita continua sendo a mobilização das várias categorias por suas reivindicações gerais e específicas.

* Presidente do Sindicato dos Professores de MG, secretário geral da CUT-MG

A proporcionalidade qualificada

Pelas normas hoje vigentes na CUT, relativas à distribuição proporcional dos cargos da Comissão Executiva, a chapa que obtém a maioria dos votos escolhe livremente todos os cargos a que faz jus - no caso, a Articulação, com 13 representantes, determinam as vagas que pretende preencher, a começar pela presidência, elegendo as mais importantes; com a outra chapa, no caso com 12 votos (composta por sindicalistas da CUT pela Base, CSC, Convergência Socialista e outras ten-

dências), ficam os cargos restantes, naturalmente os de menor importância.

A proporcionalidade qualificada altera tal critério dando direito à primeira colocada de indicar o primeiro cargo em importância; a segunda, o segundo e assim por diante, permitindo uma distribuição mais democrática e uma direção afinada com a correlação de forças no seio da central, sem exclusivismo e discriminação de tendências.

O IV Concut foi concluído com a reeleição de Jair Menequelli para a presidência da CUT, sendo que sua chapa, hegemônica pela Articulação, obteve 52,16% dos votos contra 47,84% dados à oposição, da qual fez parte a Corrente Sindical Classista - CSC. Inegavelmente, a CSC, com 14,1% dos delegados (213), teve um papel destacado, e em certos momentos decisivo, no encontro sindical, indicando três dos 25 novos membros efetivos da Comissão Executiva da CUT (o médico alagoano Sérgio Barroso, o metalúrgico baiano Renildo de Souza e Wagner Gomes, presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo), além de um suplente - diretor do Sindicato dos Comerciantes e verador pelo PT no município gaúcho de Santa Cruz, Afonso, eleito por toda bancada da corrente classista do RS ao congresso. Em entrevista à Classe, Sérgio Barroso, principal dirigente da CSC fez o seguinte balanço do IV Concut.

Classe: Como você avalia os resultados do IV Concut?

Barroso: Em minha opinião nasce uma nova CUT deste congresso, sendo este seu principal resultado. A Articulação, corrente que desde a formação da CUT foi sempre amplamente majoritária, perdeu a maioria absoluta. O congresso revelou que a Articulação não possui mais a força que tinha anteriormente. Creio que o encontro indicou de maneira inequívoca a necessidade de uma nova gestão e uma nova conduta na CUT, particularmente por parte da Articulação, que tem de estabelecer um novo patamar de relacionamento com as tendências e diversas correntes que atuam na central.

A votação da proporcionalidade qualificada, em particular, foi ganha pela chapa 2, embora não se tenha apurado cinco votos dados em separado. Nesta votação, a plenária do congresso condenou os métodos exclusivistas e antidemocráticos praticados pela corrente majoritária. Seria uma estupidez política a Articulação não reconhecer isto.

Classe: O fato do congresso não ter tirado resoluções políticas prejudica a luta dos trabalhadores?

Barroso: No clima de polarização e tensionamento do momento, não é possível termos resoluções e discussões produtivas. O encontro ficou preso exclusivamente no

terá um papel destacado Decisivo na direção da CUT

problema da disputa interna pela direção da CUT. Fica evidente o prejuízo, mas creio que isto pode ser superado na medida em que as instâncias da CUT sejam acionadas para deliberar planos de luta e é preciso ver que não foi por falta de proposta que a CUT chegou a um impasse.

Classe: Na votação sobre a filiação à Ciols a Articulação não apresentou uma proposta direta de se integrar imediatamente àquela central internacional, provavelmente temendo a reação das próprias bases. Seria isto um sinal das dificuldades de implantação de uma concepção claramente social-democrata no movimento sindical brasileiro?

Barroso: A votação sobre

o problema da Ciols (Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres) revelou uma grande dificuldade da Articulação, inclusive sua incapacidade de defender abertamente a filiação no próprio congresso, que seria o fórum mais representativo e indicado para isto. Em função de tais dificuldades, marcou-se uma plenária para março para que seja discutida e encaminhada a filiação, uma proposta sem dúvida recusada, que passou por escassos 21 votos.

Esta dificuldade refletiu divergências já públicas entre setores da própria Articulação, o que é um indicador de que as críticas da chapa 2, de oposição, foram corretas, justas.

Classe: Significam dificuldades de implantação da social-democracia entre os trabalhadores brasileiros?

Barroso: É certo que sim. A filiação da CUT à Ciols neste quadro internacional seria um desastre, dado que o objetivo daquela central mundial é amordçar o sindicalismo combativo e independente e ajudar, de maneira nem sempre direta, os planos do capitalismo em crise e, em particular, os projetos neoliberais. Ocorre, tanto na América Latina como em especial no Brasil, que a luta dos trabalhadores rechaça espontaneamente uma política de colaboração de classes. Isto constitui um obstáculo decisivo para a implantação do reformismo social-democrata. O congresso sinalizou isto.

Classe: E a ameaça de racha, a certa altura levantada no congresso por militantes da Articulação, poderá ter desdobramentos?

Barroso: A gritaria "racha, racha", de uma parte dos delegados que apoiaram a tese 13, da Articulação, funcionou mais como uma manobra diversionista e de pressão para que não se apurassem os votos que garantiam a proporcionalidade qualificada. Vai-se apresentando opiniões que parecem comungar com uma idéia de uma central social-democrata puro sangue, com os progressistas, socialistas e comunistas. Isto seria uma insanidade, não tem qualquer apoio na base dos trabalhadores.

Classe: Qual foi o papel da CSC no IV Concut e a perspectiva de sua atuação futura?

Barroso: Eu entendo que a corrente sai bastante reforçada do IV Concut. Já é uma força expressiva do movimento sindical brasileiro, teve

14,1% dos delegados eleitos ao congresso, foi a terceira força, com a particularidade de que a segunda, CUT pela Base, agrupa várias tendências.

No episódio da cassação dos delegados da Bahia, a CSC perdeu, matematicamente, mais um membro na executiva e sem o veto às filiações à CUT na Bahia, Sergipe, os episódios de Alagoas e Maranhão, a CSC chegaria provavelmente com uma bancada em torno de 20% do IV Concut. Fora os sindicatos que a corrente dirige e que não conseguiram se filiar a tempo de participar do congresso nacional.

Fizemos três membros da executiva e um suplente. Isto tudo mostra que a corrente foi uma força importante no congresso, responsável em certa medida inclusive pela perda de hegemonia absoluta de que desfrutava a Articulação - e aqui cabe lembrar que a votação da proporcionalidade, após a cassação de parte da delegação de Minas Gerais e Bahia -, bem como três votações visivelmente apertadas, sendo que na última os delegados se manifestaram de maneira inequívoca por uma nova gestão da CUT, evidenciaram a perda de influência da Articulação.

Classe: E o trabalho na CUT, mantém-se ou não a disposição de forças agrupadas na chapa 2, conhecida como antiarticulação?

Barroso: A Corrente Sindical Classista é uma força independente e a composição da chapa 2 se deu no congresso por razões bem concretas, palpáveis. Em primeiro lugar, nos unimos em defesa da democracia no interior da CUT, contra um comportamento arbitrário e autoritário da corrente majoritária. Estivemos unidos, igualmente, em torno de uma posição radicalmente contrária ao entendimento nacional nos termos que vem sendo proposto pelo governo Collor e as elites brasileiras. E também fomos contra, junto com as correntes que agruparam-se na chapa 2, a filiação à Ciols, entendendo que isto seria sacramentar uma conduta majoritariamente social-democrata dentro da CUT.

No entanto, é preciso ver que agora estamos diante de um novo quadro. É ainda cedo para definições peremptórias a respeito de alianças dentro da CUT. O que se pode prever é que a corrente jogará um papel destacado e muitas vezes definidor no interior da CUT.

QUESTÃO DE ORDEM

É preciso alterar os métodos de direção

Nivaldo Santana*

O IV Congresso Nacional da CUT, encerrado dia 8 de setembro em São Paulo, teve três importantes particularidades se comparado aos anteriores. Em primeiro lugar, foi o que teve menor número de delegados (1.546), como resultado das mudanças estatutárias que criaram o chamado funil seletivo, sendo os delegados escolhidos nos congressos estaduais e não diretamente das bases. Também foi o primeiro congresso onde uma corrente política não vinculada ao PT (a Corrente Sindical Classista - CSC) teve papel e peso destacados. E, por último, o evento mostrou que a Articulação Sindical, isoladamente, deixou de ter maioria absoluta na CUT.

Este quadro valoriza e realça a importância da CSC dentro da CUT. Com 14,1% dos delegados, a corrente combateu com decisão as posturas burocráticas da Articulação, as tendências à conciliação de classes, ao mesmo tempo em que defendeu uma CUT democrática, unitária e de luta, tendo um comportamento maduro ao não aceitar provocações nem se envolver em confusões provocadas pela manipulação e autoritarismo da mesa dirigente do congresso, majoritariamente composta pela Articulação.

As grandes polêmicas do congresso (recursos contra a diminuição arbitrária e irregular das delegações de Minas Gerais e Bahia, participação da CUT nas reuniões que visam o entendimento nacional, filiação ou não à Ciols, democratização dos estatutos, entre outros) acabaram por dividir o congresso em dois grandes blocos: de um lado, assumindo uma posição conservadora, antidemocrática e hegemônica, aglutinaram-se os sindicalistas da Articulação, Nova Esquerda, Vertente Socialista e Unidade Sindical (uma das alas do PCB); de outro, somaram-se os delegados identificados com a CUT Pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista Sindical, CUT Para Lutar, Força Socialista e outros grupos de menor expressão.

O bloco formado pela Articulação conseguiu aprovar suas propostas por pequena diferença e no caso da proporcionalidade qualificada a oposição conseguiu vencer por um voto de diferença, voto este que foi posteriormente impugnado.

A votação da nova Comissão Executiva da central, de 25 membros, deu à Articulação uma maioria precária (13 contra 12 da oposição) e, nas condições em que tal maioria foi obtida, não é exagero afirmar que se tratou de uma vitória de pirro.

O que todos, hoje, se perguntam é o seguinte: qual será o futuro da CUT depois do IV Concut? Numa primeira avaliação é possível identificar três possibilidades principais. Em primeiro lugar, existe a hipótese de uma reestruturação dos métodos de direção da central, dando lugar a uma política mais pluralista por parte da Articulação, o que pressupõe um novo relacionamento com as outras tendências, uma vez que o quadro sindical hoje reclama uma postura mais madura e equilibrada.

Conta, igualmente, a hipótese de que a Articulação mantenha sua política exclusivista e orientada no sentido da conciliação de classes, o que certamente vai imobilizar a CUT e jogar água no moinho dos patrões, do governo e da "Força Sindical". É também possível, finalmente, que predomine a visão lunática e radicalizada dos setores mais estreitos da Articulação, que comecem a colocar o "racha" da CUT como uma saída imediata.

O quadro, assim, é complexo e em mutação. A poeira do IV Concut ainda não se assentou. Os sindicalistas classistas defendem uma CUT mais democrática, combativa e unitária. Defendem o fortalecimento da CUT para enfrentar o projeto neoliberal de Collor. O desfecho deste processo está nas mãos de todas as correntes. Porém, cabe à Articulação, na condição de maioria, inaugurar uma nova etapa dentro da Central Única dos Trabalhadores.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

* Diretor Executivo da CUT/SP e membro da Comissão Nacional Sindical do PCdoB



Barroso: "a Articulação já não tem maioria absoluta"



Latifundiários estão acima da lei

Prossegue o estado de inércia dos governos estadual e federal diante dos conflitos pela posse da terra no sul do Pará. A omissão e a cumplicidade fazem escola. Sete meses após o assassinato de Expedito Ribeiro de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, amplamente denunciado na imprensa e repudiado pelas forças democráticas, pouca coisa mudou. Apesar da prisão do fazendeiro mandante e do assassino, respectivamente Jerônimo Alves Amorim e o pistoleiro "Barreirito", o trato da Justiça na região para com os trabalhadores deixa muito a desejar.

Segundo Roberto Neto, presidente do Partido Comunista do Brasil em Rio Maria, além de fraca, "a Justiça na região quase inexistente. A violência nos últimos meses aponta o número de 50 assassinatos de camponeses no Bico do Papagaio" (veja entrevista no quadro). O que se vê sem acobertações, são juízes que vivem de braços dados com fazendeiros. Exemplo recente da política do latifúndio de aliciação das autoridades: o churrasco de recepção ao juiz de Rio Maria, em maio passado, foi na fazenda de Nenê Simão, latifundiário

famoso por sua truculência no trato com os lavradores.

Com um quadro desses, os fazendeiros se apresentam ainda mais ameaçadores. Fazem listas negras de sindicalistas marcados para morrer, sem a discricção do passado. Hoje, suas reuniões são mais abertas, em praças ou churrascarias da cidade, tramam contra a vida dos lutadores do povo camponês, certos de que a Justiça devidamente domesticada protegerá a casa grande e preservará a nova senzala.

Novas senzalas

E por falar em escravidão, além das denúncias de Neuton Miranda, presidente do Pcdob no Pará (Classe n.º 64), Roberto Neto revela que "as fazendas recrutam pessoas nordestinas, sem instrução, sem orientação clara do que terão pela frente. A elas apenas é revelado superficialmente que cuidarão de plantios e preparo de pasto para gado. Chegando lá, as 'vantagens' são bem outras. Não recebem o pagamento prometido e não podem ir embora. Muitos são assassinados por tentarem. Há mais de quarenta casos recentes".

Todo esse estado de coisas é gerado obviamente pe-



Gianna Carvalho

Manifestações como esta precisam se estender do campo à cidade

la não execução de uma política de reforma agrária que varra os latifúndios parasitas e contemple as famílias de trabalhadores rurais, que querem somente produzir riquezas, cultivando a terra e nela vivendo dignamente.

Em seu livro *Rio Maria - a terra da morte anunciada*, Moacyr de Oliveira Fi-

lho apresenta dados esclarecedores sobre a situação da terra naquele ponto do Pará: "Atualmente, apenas em Rio Maria, oito áreas de conflito aguardam o decreto de desapropriação, num total de 24.701 hectares, envolvendo 352 famílias". Afora isso, traz levantamento da Comissão Pastoral da Terra - CPT - sobre

os assassinatos de trabalhadores rurais nos sete municípios que formam a área de conflito. De 1987 a 1990 foram assassinados 54 camponeses, 126 foram ameaçados, 113 feridos ou espancados, 48 casas queimadas e mais algumas outras variantes de violência patrocinada pela burguesia rural.

Irasson Lopes

PCdoB de Rio Maria confirma descaso

Roberto Neto da Silva, 34 anos, é uma das lideranças ameaçadas de morte em Rio Maria. Como presidente do PCdoB na cidade, é mais uma das vozes que se ergue contra todas as formas de injustiças sociais, em especial a que vê no seu dia-a-dia: a violência dos capitalistas latifundiários contra o campesinato paraense. Em depoimento à *Classe*, ele conta um pouco do drama da "terra da morte anunciada".

Classe - Em março, uma comissão de vários segmentos da sociedade civil no Pará, inclusive a Procuradoria Geral da República, colheu depoimentos de vítimas da violência no campo. No que resultou tal trabalho?

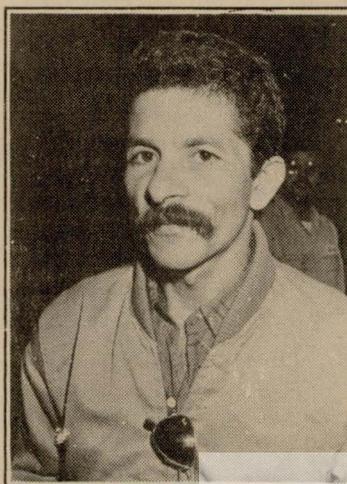
Roberto Neto - Passado o período de comoção pela morte do Expedito, as coisas foram se afrouxando, mas foi importante o trabalho. Fez com que se apressasse a prisão dos responsáveis pela morte de Expedito e de Belchior, sindicalis-

ta também. Acho bom também lembrar a importância dos atos de pressão que fizemos em Belém, Rio Maria e Conceição do Araguaia. Pressionamos a Justiça, o governo do estado através do Secretário de Segurança Pública para que fosse negado o *habeas corpus* ao mandante da execução de Expedito, o que conseguimos, apesar da inclinação das autoridades em liberá-lo.

Classe - E a da Justiça diante do julgamento de liminares de reintegração de posse? Sempre tendenciosa?

R.N. - Sem dúvida. Com oito anos na terra, tem-se direito ao usucapião especial, mas mesmo assim, a Justiça promove a retirada dos posseiros. Cerca de 70% das terras não são regularizadas e com isso não dá para dizer que é correto que a terra é titulada ou não. Os cartórios são famosos em vender títulos frios.

Classe - Em agosto, a Polícia Federal suspendeu a segu-



Edson Ruiz

Roberto denunciou adulteração de inquéritos

rança...

R.N. - Suspendeu a pedido do Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, mas logo em seguida recuou. Sabemos que esse episódio ficou por conta da pressão dos deputados estadual e federal, respectivamente, Wagner Fontes e Giovanni Queiroz este fazendeiro e am-

bos do PDT, autores da solicitação de retirada da PF.

Classe - Como foi o desempenho da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre a Violência no Campo, no Congresso Nacional e o que tem feito o Partido?

R.N. - Primeiramente, cabe destacar a atuação da nossa deputada pelo Pará, Socorro Gomes. Ela tem investido em seus pronunciamentos, na cobrança de medidas duras por parte das autoridades contra os matadores e seus mandantes.

Quanto ao desempenho da CPI, ela colheu, no estado, depoimentos de três delegados de polícia, dois juízes, três promotores, um prefeito, vários vereadores, entre outros. Inclusive, um dos que depuseram é o padre Ricardo Resende. No dia 21 de agosto, houve um atentado à sua casa durante a noite. O relógio de energia elétrica foi alvo de vários

tiros.

Sem dúvida, foi um recado do que poderia vir após o depoimento do padre na CPI, em Brasília. Suas declarações se juntaram ao conjunto de denúncias estaremcedoras, comprovando a participação do poder público na violência.

No Partido, qualquer liderança que se destaca, já é alvo de ameaças. Em Xinguara, no dia 14 de março passado, Tião Aranha, prefeito de Rio Maria, durante reunião de fazendeiros, defendeu a extinção do PCdoB na nossa cidade - fato que foi gravado e filmado - sob a alegação de que nós comunistas, a igreja e demais organizações dos trabalhadores, é que somos culpados pelas mortes. No fundo, eles vêm na nossa participação política, também, uma ameaça e suas sucessões eleitorais. Em 1988, Expedito Ribeiro, candidato do Partido à prefeitura, atingiu o 4.º lugar, o que assustou o poder local.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Esterilização de mulheres no Brasil

Fátima Oliveira *

Ligadura, laqueadura de trompas... salpingotripsia (na linguagem oficial médica), tem sido, a única garantia à disposição das brasileiras - sobretudo negras e pobres em geral - para evitar uma gravidez em algum momento da vida. No entanto tal procedimento não considera e não respeita decisões momentâneas, o repensar de definições e nem novas opções. E o mais grave, não é inócua para 100% das mulheres que dela se utilizam. Na prática é uma cirurgia irreversível para as mulheres pobres e encerra a possibilidade de procriar para sempre.

A situação da esterilização no Brasil

O percentual de esterilização feminina no mundo em 86 era 13%. Nos países desenvolvidos 7%, nos subdesenvolvidos 15%, mas no Brasil era 33%. Em 86 tínhamos 37 milhões de mulheres em idade fértil (entre 15 e 54 anos), das quais sete milhões esterilizadas. Segundo o IBGE (PNAD de 86), 71% das mulheres em união, em idade fértil, eram usuárias de algum método contraceptivo; destas, 41% recorriam à pílula e 44% se esterilizaram. Tais números indicam que a ligadura é o método mais popularizado.

Diante do primeiríssimo lugar que a esterilização ocupa na busca de alguma forma de evitar a gravidez, temos de pensar como esta maneira radical de contracepção, altamente medicalizada, chegou ao mundo das mulheres.

Nos meios jurídicos há um grande litígio sobre o tema. Alguns juristas afirmam que a esterilização é uma lesão corporal porque cessa a função reprodutiva. Outros dizem que o artigo 129 do Código Penal não fala em esterilização, portanto não se trata de lesão corporal, além do que esta é uma cirurgia realizada corriqueiramente por razões de saúde cujas indicações são do livre arbítrio de quem atende à paciente.

A categoria médica também vive um dilema. O Código de Ética Médica (artigo 43) diz que é vedado o descumprimento da Lei de Esterilização. O drama é que não existe tal lei. Na verdade o Código Penal não fala em esterilização, mesmo porque na época em que foi feito não era um assunto social relevante.

As diferentes opiniões

Movimento Feminista - as feministas há mais de uma



década vêm denunciando o caráter expropriador, abusivo e massivo das ligaduras. Têm responsabilizado sucessivos governos que não estabeleceram um atendimento à saúde que permitisse à mulher decidir, com consciência e liberdade, sobre o próprio corpo, notadamente em relação a seus direitos reprodutivos.

O feminismo provocou o debate sobre a dupla moral governamental que se expressa na coexistência de posturas natalistas oficiais que criminalizam o aborto e na prática permitem que o imperialismo desenvolva aqui um controle de natalidade ferrenho, via BEMFAM e similares.

O feminismo emancipacionista após um estudo aprofundado da realidade decidiu que para enfrentar o aspecto massivo da esterilização e a banalização como ela tem sido encarada, havia necessidade de uma lei específica que criasse condições de fiscalização. Na Plenária da União Brasileira de Mulheres - UBM, de fevereiro de 90 em Belo Horizonte, a luta por este tipo de lei foi uma das resoluções. Apesar dos pruridos criados por esta decisão em setores do feminismo e em áreas de apoio, acreditamos que o caminho a seguir que coíba abusos e garanta os direitos, passa pela existência de uma lei que possa ser transformada por nós em instrumento de conscientização

das mulheres e de muitos profissionais da área de saúde que ainda não perceberam a dimensão que tem para a soberania de um país a garantia dos direitos reprodutivos do seu povo.

Movimento Negro - em 91 o Movimento Negro conseguiu articular o Fórum Nacional Contra a Esterilização em Massa de Mulheres, o que tem permitido ações políticas mais organizadas, maior divulgação das denúncias, bem como a afirmação de que na massa de mulheres esterilizadas a maioria é negra.

Ao evidenciar o conteúdo racista e o teor inegável do controle demográfico das práticas esterilizadoras em curso no país, o Movimento Negro faz avançar a compreensão de que existe por parte do governo brasileiro um propósito genocida, que é minimizar o crescimento da população negra. No entanto esta visão acertada da realidade não pode servir de viseira para que setores do movimento usurpem o poder de decisão da mulher negra neste assunto, e saiam por aí alardeando que por uma questão de identidade étnica e consciência racial, a mulher negra tem o dever sagrado de parir, parir e parir até que os seus óvulos acabem.

Esta é uma postura totalmente idealista e com um componente desagregador patente para a luta contra a discriminação racial.

Projeto de Lei da Normatização da Esterilização

Parlamentares comprometidos com a situação dos oprimidos encaminharam o Projeto de Lei nº 209/91 no Congresso Nacional, que visa normatizar e estabelecer condições para o exercício dos direitos reprodutivos e cercear os abusos em relação à salpingotripsia. (1)

Este projeto tem suscitado vigorosos debates e embates nos meios feministas e no Movimento Negro. Curiosamente, mas já esperado, o Movimento Sindical está em silêncio.

No Movimento Negro e no feminismo todas as denúncias são unânimes nas denúncias dos abusos, mas não chegaram a um consenso de como combatê-los. Alguns acham que o Código Penal já proíbe, portanto lei não adianta. Outros opinam, de forma camuflada, que uma lei específica representa uma faca de dois gumes bem afiada, com prejuízo para as mulheres. Outros demonstram certa preferência, ainda que envergonhada e aos cochichos, de não fazer brotar o debate, de manter as mulheres na ignorância. Enfim, se arvoram do direito de pensar e decidir por todas as mulheres. Uma comissão francamente majoritária, de que nem o feminismo e nem o Movimento Negro podem decidir pelas mulheres, mas

têm o dever de lutar para que não haja subestimação e nem suplantação do direito das mulheres fazerem opções livres.

O conto de Alceny

Alceny Guerra, Ministro da Saúde do decadente e submisso governo Collor, para adquirir prestígio com o pique da onda que as discussões sobre a esterilização ganha nos meios populares, tem feito declarações bombásticas e aparentemente indignadas.

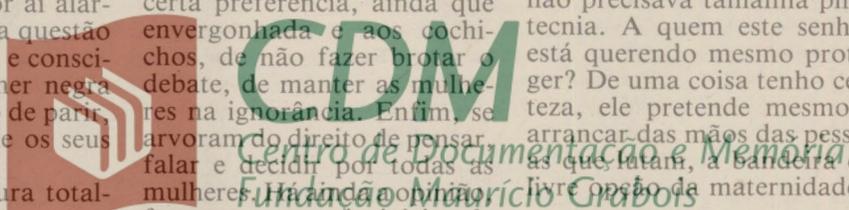
Ao informar que mais de 20 milhões (!) de mulheres estavam esterilizadas, acrescentou: "É preciso investigar esse crime hediondo de castração da nação! Se os dados estiverem corretos terá ocorrido um crime de lesa-pátria. Quando você vê clínicas abertas em todo o interior do Brasil, financiadas por organismos internacionais e que em cinco minutos fazem a esterilização; e quando se vê essa irresponsabilidade de entidades internacionais pagarem médicos por produção, por cada mulher esterilizada, é preciso investigar essas coisas." (2)

Em 17/04/91 em Paris disse que apurava denúncias sobre 25 milhões (!) de mulheres esterilizadas e que o controle da natalidade tornou-se uma arma política e que "o novo fisiologismo do Nordeste é a ligadura de trompas". Nessa mesma ocasião evitou falar a jornalistas estrangeiros sobre o assunto e se justificou à *Folha de S. Paulo*: "Você viu que eu passei por cima quando ela me perguntou, porque a coisa é realmente grave." (3)

Com estas declarações, se não conhecêssemos de que tipo de governo o ministro é servil, poderíamos até embarcar em mais este conto de Alceny.

Com certeza os dados de Alceny não são os do IBGE. Por que será que em Paris ele não deu os seus números a jornalistas estrangeiros? Ele está mentindo para quem? Se ele dispõe dos dados, sabe quem são e onde estão os mandantes e os executores do crime, até o preço cobrado e pago, porque não toma as providências cabíveis? Se quisesse mesmo fazer justiça não precisava tamanha pirotecnia. A quem este senhor está querendo mesmo proteger? De uma coisa tenho certeza, ele pretende mesmo é arrancar das mãos das pessoas que lutam, a bandeira da livre opção de maternidade.

* Secretária geral da UBM e membro do Comitê Regional de Minas Gerais





As dificuldades da burguesia na URSS

Os atuais dirigentes da antiga União Soviética, agora imprimindo ao país uma orientação inconfundivelmente burguesa e neoliberal, acumularam um apreciável capital político após a derrota do golpe militar desencadeado dia 19 de agosto. Isto, porém, não parece suficiente para ofuscar a fragilidade e precariedade do poder que representam e dispõem.

É muito pouco provável que os atuais dirigentes soviéticos, com o presidente russo Bóris Yeltsin à frente, tenham sucesso na empreitada que estão se propondo. Com efeito, eles se defrontam com problemas formidáveis, dos quais se destacam a própria reestruturação econômica com vistas à implantação de uma economia plenamente dominada pelas leis do mercado e a explosão das contradições entre as diversas nacionalidades.

Crise e resistência

Na verdade, a transição, longa e dolorosa, dos países do Leste europeu ao capitalismo não pode ser considerada concluída, ainda que o processo - que a rigor foi iniciado já na década de 50 - tenha sido consumado do ponto de vista político, e neste sentido o destino do golpe soviético foi o último e desesperado suspiro da antiga ordem revisionista.

No que se refere à transição econômica o processo ainda está em curso e muito promete. E isto é válido não só para o que sobra das repúblicas soviéticas como também, em graus e particularidades diferentes, para todo o Leste europeu. Há poucos dias o ex-secretário de Estado norte-americano,

Henry Kissinger, observava: "A transformação de uma economia centralizada noutra de livre mercado não foi concretizada com êxito em parte alguma. A reestruturação requer preços realistas, o que significa inflação, fechamento de empresas ineficientes, desemprego, reciclagem da força de trabalho e deslocamento em massa."

O cientista político francês Guy Sorman, um neoliberal extremo, nota no seu livro "Sair do socialismo", que o desmonte da propriedade pública, a privatização - na verdade peça essencial do projeto capitalista para a região - enfrenta obstáculos que parecem intransponíveis. "As reformas praticamente não avançaram. Persiste espessa desconfiança em relação à empresa privada e à atividade bancária."

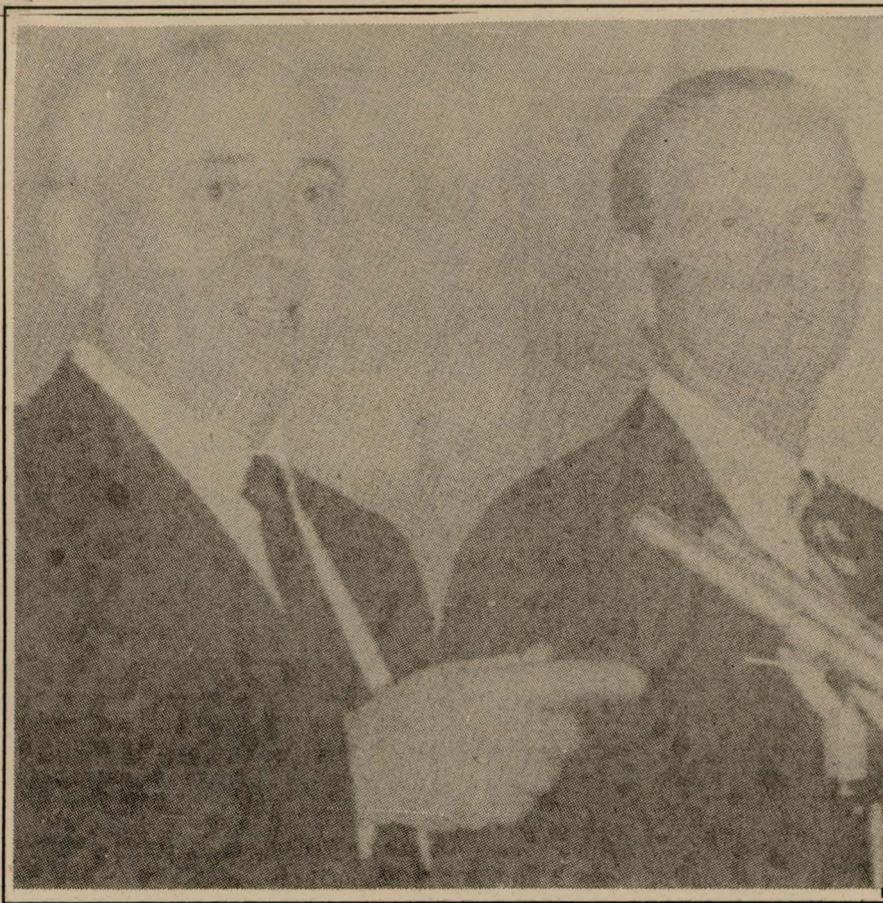
O dirigente reformista da Hungria, Jozsef Antall, fixou um prazo de 25 anos para executar as privatizações. "Diante de tanta lentidão", lamenta Sorman, "a população poderá responsabilizar o liberalismo pelas agruras que tendem a se acumular".

Na polônia, apesar da dispo-

sição liberal do presidente Lech Walesa, o quadro é ainda pior. Operários agrupados em sindicatos filiados ao insustentável Solidariedade criado por Walesa estão opondo uma séria resistência às privatizações e, nota o escritor francês, somente o campesinato "possui uma cultura de propriedade privada".

Burguesia frágil

A finalização da transição ao capitalismo, sendo um processo novo na história, certamente merece uma análise



Baker e Gorbachov contra os povos

mais cuidadosa, mas os fatos estão indicando que não se trata de uma coisa fácil, que pode ser considerada consumada.

Quando se investiga os acontecimentos atuais no Leste europeu, e em especial na URSS, sob o prisma da luta de classes, fica evidente a fragilidade dos atuais governantes dos países da região. O processo de restauração capitalista fez renascer categorias sociais que haviam sido sepultadas pela revolução de 17 e pelas mudanças políticas operadas no pós-guerra em todo o Leste.

Porém, é necessário ver que a burguesia restaurada por lá na presente época do capitalismo (dominado por gigantescos monopólios) mostra-se extremamente capenga tanto do ponto de vista social como político. Não é capaz, por exemplo, de dirigir o processo de reconversão econômica ao capitalismo com suas próprias forças, não dispõe nem de meios nem de recursos para promover, a curto prazo, um amplo programa de privatização.

Em função disto, privatização no Leste europeu - muito mais do que em países como o Brasil - é sinônimo de desnacionalização. É sintomático desta dificuldade o arranjo legislativo realizado pelo governo da Tcheco-Eslováquia sob o pretexto de impedir a completa desnacionalização econômica do país: a distribuição, a preços simbólicos, de 30% das ações de estatais aos cida-

dãos, empregados ou não das empresas, para viabilizar a privatização, o que foi decidido há três semanas.

Se em todo o Leste europeu o problema assume dimensões assustadoras aos olhos da burguesia, na União Soviética ele pode se revelar bem maior. Uma recente pesquisa (feita pelo "Times Mirror Centre for the People") mostra que nada menos do que 76% da opinião pública na Federação Russa e 86% na Ucrânia são favoráveis à continuidade do controle estatal sobre as indústrias pesadas, enquanto "maiorias substanciais também defendem o controle estatal para bancos, escolas, companhias de eletricidade, saúde pública, serviço telefônico, trens, ônibus, rádio e televisão, ao mesmo tempo em que apóiam o sistema multipartidário e a democracia", segundo o jornal norte-americano "Los Angeles Times".

Sem uma base social burguesa consolidada os atuais dirigentes soviéticos não terão fôlego para projetos de longo alcance e certamente continuarão tendo no imperialismo sua principal e quase a única base de sustentação política. Forjou-se no país um capitalismo de Estado, mas de tipo muito especial, sem contar com uma burguesia suficientemente forte para levar adiante o programa de transição plena à economia de mercado, que agride, nessas condições, não apenas os interesses do proletariado como o senso comum de dignidade nacional.

A esse conjunto de problemas é preciso acrescentar as graves contradições nacionais. A história parece ter evidenciado que não é possível uma união de repúblicas soviéticas sob um regime capitalista, que desperta interesses antagônicos e inconciliáveis nos marcos de um Estado multinacional. Contudo, a desagregação da antiga URSS ainda não se consumou completamente e também muito promete. As aspirações de expansionismo russo evidenciadas nas declarações de Yeltsin, podem se desdobrar, a curto prazo, em confrontos sangrentos e mesmo em uma guerra civil.

Calcula-se que das 23 fronteiras entre as repúblicas que compõem a URSS apenas três não são, ou não eram, contestadas, enquanto existem pelo menos 75 conflitos territoriais. Com a ambição burguesa ressuscitada nas repúblicas o quadro que vai se formando é de caos e futuras explosões são mais que prováveis.

Gorbachov e Bush contra Cuba

O reacionarismo dos atuais dirigentes soviéticos, em particular de Gorbachov - cujo retorno, na sequência do golpe, foi por aqui "exigido" por alguns representantes de forças ditas de esquerda - foi mais uma vez confirmado nas pressões e chantagens que hoje se desenvolvem, em comum acordo com os EUA, contra Cuba.

Gorbachov declarou na quarta-feira, 11, em entrevista coletiva, que a URSS retirará de Cuba uma brigada militar e reformulará suas relações econômicas com Cuba, reduzindo substancialmente a ajuda à Ilha e mantendo relações bilaterais exclusivamente com base no mercado e no dólar. O anúncio não surpreende e não foi mera coincidência que tenha sido anunciado após uma reunião mantida com o secretário de Estado norte-americano, James Baker.

"As declarações públicas do presidente Gorbachov não foram precedidas de consulta nem de qualquer aviso prévio", denunciou a Chancelaria cubana, em nota divulgada também ontem, onde acrescenta que a conduta de Moscou "não foi apropriada, do ponto de vista das normas internacionais e dos acordos entre os dois países".

Funcionários americanos comemoraram o episódio afirmando que a redução da ajuda soviética a Cuba "marcará o começo do fim do regime cuba-

no", enquanto os ideólogos burgueses mais otimistas esperam que já próximas semanas podem reservar "grandes novidades para a Ilha". A redução da ajuda soviética a Cuba já ocorrendo desde pelo menos 1989, mas, devido ao bloqueio econômico comandado por Washington, o relacionamento entre Havana e Moscou tem ainda grande importância - calcula-se que, ainda em 1990, o auxílio da URSS a Cuba tenha totalizado mais de US\$ 3 milhões. Os cortes evidentemente implicarão em sacrifícios extras para a população cubana, que agora necessita de uma solidariedade redobrada dos povos, em particular dos trabalhadores latino-americanos. Como lição da história, no entanto, fica caracterizado a conduta de Gorbachov como mais uma iniciativa na ofensiva anticomunista mundial, vergonhosamente submissa aos ditames do imperialismo yanque.

Por outro lado, a Junta Nacional do Partido Comunista dos EUA divulgou recentemente uma nota sobre os acontecimentos na ex-União Soviética, após o fracassado golpe, onde declara solidariedade "a milhões de comunistas soviéticos que estão lutando por seu direito elementar de apresentar seus pontos de vistas ao povo e defender o socialismo" e se opõe decididamente "às tentativas de administração Bush, de interferir nos assuntos políticos, econômicos e de política externa da URSS".



8.º Congresso em marcha

O tema "Atualidade do marxismo", com exposição de Rogério Lustosa, abriu o Ciclo de Debates promovido pelo Diretório Regional do PCdoB de São Paulo, que vai acontecer todas as quintas-feiras dos meses de setembro e outubro na Câmara dos Vereadores.

O ciclo, ao lado das discussões internas travadas nas organizações partidárias, pretende aprofundar alguns temas relevantes decorrentes das teses iniciais apresentadas pela direção nacional. Estarão em debate: Socialismo e democracia; As tendências teórico-políticas da atualidade; Economia socialista: planificação e mercado; Capitalismo e mundo do trabalho no final do século XX; Luta anti-imperialista e nova ordem mundial; Partido: concepção e prática democrática e Socialismo e emancipação feminina.

Participarão dirigentes do PCdoB, intelectuais progressistas e representantes de outras correntes de esquerda como Luis Eduardo Greenhalg, prof. Décio Saes (UNICAMP), João Machado (Diretório Nacional do PT), Deputado estadual do PT Ivan Valente, Zuleika D'A-



lembert (Conselho Estadual de Condição Feminina).

Crise da URSS ativa debate do 8.º Congresso em São Paulo

As causas, o caráter, as consequências e o significado dos acontecimentos do final de agosto na URSS, mobilizaram as fileiras partidárias de São Paulo em acaloradas discussões. O Co-

mitê dos Metroviários, diversos diretórios distritais da capital, o diretório municipal de Campinas e vários outros promoveram reuniões específicas para tratar do assunto com grande participação dos militantes.

O Diretório Regional realizou uma reunião extraordinária, ampliada com dirigentes municipais e distritais e com a presença do presidente nacional do partido, João Amazonas, no dia 31 de agosto. Decidiu-se promover ampla discussão dentro e fora do partido, debatendo a nota da Comissão Executiva Nacional. Já foram impressas 50 mil notas que estão sendo divulgadas nas universidades, empresas e fábricas mais importantes, no movimento sindical e

popular.

O PCdoB tem sido convidado a participar de debates sobre o golpe e a situação atual da URSS: um dos mais expressivos aconteceu na PUC de São Paulo, com a presença de mais 400 estudantes e professores que acompanharam atentamente as opiniões de Walter Sorrentino (diretório regional do PCdoB), Júlio Turra (PT) e prof. Lúcio Flávio, da própria universidade.

FINANÇAS

Correr atrás do prejuízo

Estamos em setembro. portanto apenas quatro meses nos separam da fase final do 8.º Congresso que será em janeiro. Desde abril estamos procurando junto com os Comitês Regionais encaminhar as finanças para o Congresso.

A incompreensão da necessidade de uma forte campanha de finanças, está levando ao estrangulamento e emperrando a vida do partido em vários aspectos. Aos poucos, na prática, a ação parlamentar se transformou na principal e única fonte de receitas do PCdoB, abandonando a contribuição estatutária e as campanhas e ações junto às massas para arrecadar finanças. As finanças ao contrário deveriam ser vistas e tratadas como tarefa política permanente, diária, criativa, planejada, executada pelas bases e direções, controlada e divulgada para o coletivo partidário ter consciência e conhecimento das necessidades e também dos resultados. Em circular de 8 de abril, a

Secretaria Nacional de Finanças do Comitê Central, já havia indicado aos Comitês Regionais que era necessário ganhar a militância para a tarefa de construir o 8.º Congresso do ponto de vista material através de contribuições mensais, regulares e fazendo campanha de finanças junto às massas, amigos e simpatizantes. Aos Comitês Regionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas, Ceará, Minas, Amazonas, Espí-

rito Santo e Distrito Federal foi proposto a realização de uma rifa de viagem à Cuba. Alguns descartaram a idéia de imediato e não a substituíram por outra.

Realizar de maneira vitoriosa o 8.º Congresso é tarefa do coletivo partidário. O êxito deste Congresso passa pelo estudo teórico, pelo debate das teses, pela explicitação das opiniões e pela base material, pelas finanças.

Arthur de Paula

**O TEMPO NÃO PÁRA!
O SOCIALISMO VIVE**

Ajude a realizar o 8.º Congresso do PCdoB
Deposite Cr\$ 1.000,00 na conta:
Partido Comunista do Brasil
Banco do Brasil - Agência 2809-6
Conta 4065-7 - São Paulo - SP



TEORIA E PRÁTICA

Partido dos proletários

Dynéas Aguiar *



Hoje, mais do que nunca, a burguesia e todas as forças reacionárias procuram atacar o caráter de classe - proletário - do Partido Comunista. Nessa cruzada a burguesia conta com o apoio das correntes social-democratas que, como seus bons vassalos, apregoam estar superada historicamente o conceito de "partido do proletariado". Afirmam ser esta uma tese "estreita", "sectária" e "dogmática". Defendem a organização de partidos poli-classistas. Os mais "avançados" dessas correntes ousam propor "um partido das massas trabalhadoras".

Os documentos de convocação do 8.º Congresso reafirmam o caráter proletário do nosso partido. Não é uma afirmação gratuita ou irresponsável. Apoiar-se na visão marxista científica da luta de classes na sociedade capitalista, onde o antagonismo entre a burguesia e o proletariado é objetivo e inevitável.

Grande empresa, prioridade

Essa foi a grande visão estratégica de construção do partido formulada por Lênin desde os primeiros passos para a constituição do Partido Comunista da Rússia. Em "Carta a um camarada", Lênin defendia que "Os círculos de fábricas, são particularmente importantes para nós; com efeito, a principal força do movimento reside no grau de organização dos operários das grandes fábricas, visto que as grandes empresas (e fábricas) englobam a parte predominante da classe operária, não só pelo seu número mas mais ainda pela sua influência, pelo seu desenvolvimento, pela sua capacidade de luta. Cada fábrica deve ser uma fortaleza nossa..." (obras Escolhidas, *Um passo em frente, dois passos atrás* Vol. I, Pág. 260).

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil neste final de século em que predomina a monopolização da produção e a grande concentração industrial, coloca como problema urgente e fundamental para nossa perspectiva revolucionária a construção do partido nas grandes empresas.

O operário da grande empresa é o que está mais propenso a assimilar a doutrina socialista. Seu universo de produção é bem mais amplo do que os que trabalham em pequenas ou médias oficinas e fábricas. Compreende mais facilmente a necessidade de se abolir a propriedade privada dos meios de produção como a única forma real para distribuir corretamente a riqueza criada por seu trabalho.

Congresso, discutir e construir

Estamos entrando na fase das Conferências Distritais, Municipais e Regionais para o 8.º Congresso. Será sem dúvida alguma um momento privilegiado para planejarmos essa construção do partido.

A partir das Assembléias de Base é preciso elevar a consciência da necessidade de um trabalho orientado, planejado, permanente, voltado para a construção e o reforçamento de organismos nas grandes fábricas, empresas de serviços, repartições públicas, etc. Nas conferências, com uma visão mais abrangente, estratégica, deverão ser debatidos não só a orientação geral mas, os eixos concretos, práticos da nossa política de organização voltada para os centros onde de fato serão travadas de forma decisiva os futuros embates entre a concepção proletária-revolucionária e a reformista pequeno-burguesa, social-democrata.

Evidentemente não devemos ficar esperando a realização das conferências para avançarmos na construção do partido nas grandes empresas. Nos grandes centros fabris, sejam capitais de estados, regiões metropolitanas ou municípios do interior, as direções dos comitês do partido na área, devem priorizar e concentrar seus esforços para, desde já, afirmarmos o caráter revolucionário do partido - por sua política revolucionária - mas, igualmente por sua composição social.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

SOCIALISMO

**“Guerra e Paz”,
versão Gorbachov**

Luís Fernandes *

Os eventos dramáticos que vem sacudindo a (ex-?) União Soviética nas últimas semanas entrarão para a História como um dos marcos decisivos da evolução mundial no Século XX. Levará algum tempo para que mesmo os observadores e analistas mais especializados consigam assimilar a dimensão das mudanças e a profundidade das suas conseqüências. Como vimos no artigo publicado na edição passada, a interpretação mais geral da opinião pública sobre esses acontecimentos se referência em alguns mitos e meias-verdades que foram cuidadosamente construídos em torno da figura de Mikhail Gorbachov pelos grandes monopólios capitalistas da comunicação ao longo dos últimos anos. Neste artigo, continuamos a “operação desmonte” dessa mistificação, sem a qual é impossível analisar adequadamente a crise e seus desdobramentos.

“O homem da paz”

Uma das imagens mais difundidas pela mídia é a de que Gorbachov, ao introduzir seu “novo pensamento” na política externa soviética, dando ênfase aos “valores humanistas universais” e abandonando a orientação “anti-imperialista” anterior, teria inaugurado uma nova era de paz nas relações internacionais. Fizeram parte desta encenação a sua indicação como “homem do ano” pela revista *Time*, bem como a outorga do “Prêmio Nobel da Paz”.

A apreciação do impacto e significado da política externa de Gorbachov sempre foi um tema muito polêmico. Muitos se apressaram em saudar a inauguração de uma “nova era pós-guerra fria” marcada pela prevalência da moral nas relações internacionais, pelo respeito ao direito de auto-determinação dos povos, pela procura de soluções pela via do consenso etc. Desde o início, esta ilusão foi criticada pelas forças revolucionárias e progressistas mais esclarecidas. Estas

indicavam que, o que havia de redução de tensões no mundo no final dos anos 80 era muito mais fruto de uma *conjuntura particular* no processo de realinhamento internacional onde:

1. as potências ascendentes (nomeadamente o Japão e a Alemanha) não se encontravam equipadas militarmente (ainda) para poder cogitar seriamente um confronto para a redefinição de hegemonias no sistema internacional; e

2. as duas super-potências militares (Estados Unidos e União Soviética) procuravam convergir na sua ação estratégica para, ao mesmo tempo, preservar a sua superioridade bélica e conter os gastos da corrida armamentista, de forma a poder redirecionar investimentos e recursos para recuperar terreno econômico perdido.

Calmaria e tempestade

Sendo assim, a redução temporária de tensões representaria apenas um período de transição para uma nova era de maiores conflitos e incertezas nas relações internacionais. Não passaria de um (curto) período de calmia, antecipando novas tempestades. A evolução histórica confirmou esta análise com dramática rapidez. O fato é que, num mundo marcado pelo agravamento da clivagem Norte x Sul, pela ascensão de novos polos disputando a hegemonia econômica do mundo capitalista e pelo recrudescimento das ações de guerra comercial entre estes, a nova política externa soviética acabou alimentando a agressividade, belicosidade e arrogância das principais potências capitalistas, sobretudo dos Estados Unidos (que se encontra na posição peculiar e contraditória de triunfar como superpotência militar única no mundo no momento em que se acentua a decadência da sua liderança econômica).

A “guerra cirúrgica”

Isto se materializou, concre-

ta e tragicamente, no episódio da Guerra do Golfo. A União Soviética de Gorbachov não só respaldou politicamente as pressões do governo Bush para precipitar o conflito (que, no mínimo, era absolutamente *desnecessário*), como *votou a favor* a guerra no Conselho de Segurança da ONU (onde tem poder de veto). Como se sabe hoje, o que se anunciava como uma “guerra cirúrgica” com “bombas inteligentes” que “pouparia a população civil”, resultou num massacre horrendo que legou a “paz” dos cemitérios para cerca de 150 mil iraquianos. Mas, mesmo após o conflito, a URSS continuou apoiando e sustentando a política norte-americana de embargar e estrangular a economia do Iraque para forçar uma mudança de governo nesse país (mesmo ao custo da morte, por inanição e doenças, de dezenas de milhares de crianças iraquianas).

O que mais surpreende neste posicionamento da URSS é que ele se traduz no apoio a uma ação militar agressiva dos EUA numa região muito próxima das suas fronteiras (o Oriente Médio) que ela sempre considerou de importância estratégica para a sua defesa e segurança. Não é de se estranhar, portanto, que a política de Gorbachov tenha despertado insatisfação e oposição em setores expressivos das Forças Armadas soviéticas, que já não viam com bons olhos a “perda estratégica” do Leste europeu. Estas restrições foram agravadas ainda mais, nos últimos meses, em função de temores suscitados pela crescente intervenção da Alemanha na guerra civil da Iugoslávia, via o apoio político e militar (junto com a Áustria e a Hungria) aos movimentos separatistas da Croácia e da Eslovênia. Esta Guerra Civil, por sinal, propiciou o retorno da guerra às fronteiras da Europa pela primeira vez desde o desfecho da Segunda Guerra Mundial. Um resultado concreto bem diverso do que era anunciado



pelo “novo pensamento” da política externa da URSS.

A URSS de joelhos...

Antes da Guerra do Golfo, a política externa de Gorbachov já havia levado a União Soviética a um alinhamento estratégico com os Estados Unidos em questões decisivas no cenário mundial, que a levaram a romper com antigos aliados. Aqui na América Latina, um caso evidente é o da Nicarágua, onde a URSS se somou aos Estados Unidos em 1989 para pressionar economicamente o regime sandinista a aceitar a convocação de eleições nas condições exigidas pelo governo norte-americano (isto é, na condição de refém do terrorismo dos “contras”, armados, organizados, treinados e financiados pela Casa Branca!). O resultado, todos conhecemos. Outro caso, que se agrava dramaticamente hoje, é o de Cuba, onde, ao descumprir acordos econômicos firmados, a URSS se somou objetivamente ao brutal bloqueio econômico da Ilha montado pelos Estados Unidos (a posição, hoje, da dupla Gorbachov/Yeltsin já não é de alinhamento objetivo com o bloqueio, mas de apelo aberto, assumido e descarado ao estrangulamento da revolução cubana).

Assim, sob a liderança de Gorbachov, não só a URSS se afundou mais completamente nos acordos econômicos (ver artigo da edição passada) como sua política de capitulação diante das potências imperialistas levou

ao brutal agravamento da vulnerabilidade externa da antiga “super-potência” soviética, sem que se garantisse uma situação mais sólida de paz nas relações internacionais. A este respeito, circulava na URSS, antes do golpe/contra-golpe, uma piada, tão amarga como perspicaz, que ia mais ou menos assim:

Pergunta: O que é a Nova Ordem Internacional ?

Resposta: É a velha, com a União Soviética de joelhos. (1)

Numa versão atualizada para os acontecimentos mais recentes, a resposta seria ainda mais amarga: É a velha, com a União Soviética varrida do mapa.

Resta outra pergunta: Será que, mesmo derrotados politicamente na sua tentativa (desastrada) de golpe, as forças identificadas com o projeto de resgatar o papel de potência da URSS no mundo vão aceitar passivamente este desfecho (ainda mais com o aguçamento das tensões nacionais no interior da antiga União) ? A crise soviética ainda está longe do seu desfecho.

1. Relatada pela jornalista Luciana Villas-Boas na matéria “Uma relação que interessa aos Dois Lados”, publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 3 de agosto de 1991.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
cientista político, professor da UFF e membro do Comitê Central do PCdoB.